

---

## **PAISAGEM E ARQUEOLOGIA: aproximações e potencialidades<sup>1</sup>**

Arkley Marques **BANDEIRA**  
Universidade Federal do Maranhão – Campus de Pinheiro  
Docente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas  
arkleymbandeira@gmail.com

Virginia Marques da **SILVA NETA**  
Universidade Federal do Piauí  
Discente Programa de Pós-graduação em Arqueologia (PPGARq - UFPI)  
virginiarqueo@gmail.com

Leonardo Silva **SOARES**  
Universidade Federal do Maranhão – Campus de Pinheiro  
Docente do Curso de Engenharia de Pesca  
leonardoufma85@gmail.com

**RESUMO:** O artigo objetiva apresentar, a partir de uma abordagem interdisciplinar, as principais interfaces entre a Arqueologia e as categorias de análise relacionadas com a Paisagem na construção do conhecimento sobre os usos e ocupações humanas no passado. Para tanto, serão abordados os diferentes conceitos sobre Paisagem, a partir das múltiplas visões adotadas pelas Ciências Humanas, sobretudo, em uma perspectiva arqueológica. Neste contexto, será focado o conceito de Arqueologia da Paisagem como uma subárea da Arqueologia, que visa aglutinar o fator Geo, as geotecnologias e diferentes percepções sobre a Paisagem na construção do conhecimento sobre o passado humano. Como estudo de caso, será apresentada a cronologia sobre os processos de ocupação e povoamento da Ilha de São Luís – MA, em sua longa duração, enfocando a região como um lugar persistente atestado pela humana ao longo de milênios.

**Palavras-chave:** Paisagem. Arqueologia. Cronologia. Ilha de São Luís. Longa duração.

### **LANDSCAPE AND ARCHEOLOGY: approaches and potentialities**

**ABSTRACT:** The article aims to present, from an interdisciplinary approach, the main interfaces between Archeology and the categories of analysis related to Landscape in the construction of knowledge about human uses and occupations in the past. Therefore, the different concepts on Landscape will be approached from the multiple views adopted by the

---

<sup>1</sup> O referido trabalho foi originalmente publicado nos Anais do I Workshop de Geomorfologia e Geoconservação (I WORKGEO), realizado entre os dias 22 e 23 de outubro de 2017 na cidade de Teresina/Piauí.

Revista Equador (UFPI), Vol. 6, Nº 2, p.105 - 119

Home: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>

ISSN: 2317-3491

Human Sciences, especially from an archaeological perspective. In this context, the concept of Landscape Archeology will be focused as a subarea of Archeology, which aims to agglutinate the Geo factor, geotechnologies and different perceptions about Landscape in the construction of knowledge about the human past. As a case study, the chronology on the occupation and settlement processes of the Island of. Will be presented in its long duration, focusing on the region as a persistent place attested by the human over millennia.

**Key words:** Landscape. Archeology. Chronology. Ilha de São Luís. Long Time.

### **PAISAJE Y ARQUEOLOGÍA: aproximaciones y potencialidades**

**RESUMEN:** el artículo objetiva presentar, a partir de un abordaje interdisciplinario, las principales interfaces entre la Arqueología y las categorías de análisis relacionadas con el Paisaje en la construcción del conocimiento sobre los usos y ocupaciones humanas en el pasado. Para ello, se abordarán los diferentes conceptos sobre Paisaje, a partir de las múltiples visiones adoptadas por las Ciencias Humanas, sobre todo, desde una perspectiva arqueológica. En este contexto, se enfocará el concepto de Arqueología del Paisaje como una subárea de la Arqueología, que pretende aglutinar el factor Geo, las geotecnologías y diferentes percepciones sobre el Paisaje en la construcción del conocimiento sobre el pasado humano. Como estudio de caso, se presentará la cronología sobre los procesos de ocupación y poblamiento de la Isla de São Luís - MA, en su larga duración, enfocando la región como un lugar persistente atestado por la humana a lo largo de milenios.

**Palabras clave:** Paisaje. Arqueología. Cronología. de la isla de São Luís. Larga duración.

### **INTRODUÇÃO**

A arqueologia vem fortemente se apropriando do conceito de paisagem como categoria analítica para a produção de conhecimento sobre o passado. Entretanto, só recentemente percebe-se um amadurecimento no seu uso, aspecto que se reflete no desenvolvimento de postulados teórico-metodológicos e na multiplicação de linhas investigativas para coleta e interpretação dos dados arqueológicos.

O amadurecendo do conceito de paisagem foi tal, a ponto de se criar uma subárea da disciplina denominada de *Arqueologia da Paisagem*, que vem levando alguns autores a se questionarem sobre a conveniência de substituir a Arqueologia Espacial por uma Arqueologia da Paisagem (*landscape archaeology*) (LANATA, 1997) ou de se deixar de falar de espaços para se falar em mudanças na paisagem (BOADO, 1991).

O incremento e o delineamento de uma arqueologia da paisagem encontram sustentação científica em múltiplos campos do saber, sobretudo, nas áreas das ciências da terra e das geotecnologias. Não obstante, as ciências humanas e sociais também estão dando grande contribuição para o estudo da paisagem.

Paisagem, enquanto objeto de estudo e categoria de análise ganhou robustez a partir de múltiplas concepções filosóficas e científicas e de distintas abordagens em muitos campos do conhecimento. Atualmente, não resta dúvida que a paisagem é um conceito polissêmico e multivocal, além de ser um poderoso objeto de investigação.

Desde a sua gênese, ainda no século XIX, o conceito de paisagem enquanto categoria de análise é visto como um dos meios para se compreender as relações sociais e naturais em um determinado espaço, enfocando, portanto, a sociedade e suas relações com o ambiente. Neste contexto, a Paisagem chega ao século XXI na interface entre as Ciências da Terra e as Ciências Humanas, sendo a Geografia uma das áreas do conhecimento que mais vem se relacionando com o tema.

Não obstante, a paisagem vem sendo incorporada para além dos seus usos regulares, a exemplo da avaliação ambiental, no planejamento urbano, como elemento norteador de políticas voltadas para o patrimônio histórico e cultural (vide chancela da paisagem cultural), como elemento estético, dentre muitos outros; estando incorporada a muitos discursos, especialmente por seu sentido simbólico e polissêmico.

Esta polissemia e a relatividade do conceito abrem espaço para uma interface ainda mais próxima entre a arqueologia e outras áreas do conhecimento, resultando em premissas teóricas galgadas em estudos culturais, que reconhecem a paisagem não apenas como o resultado da ação humana no meio, mas como um texto que pode ser lido e decodificado.

Este artigo ilustra as principais interfaces entre a arqueologia e as categorias de análise relacionadas com a paisagem na construção do conhecimento, enfocando as ocupações humanas no passado, tendo como estudo de caso os processos de povoamento da Ilha de São Luís – MA em sua longa duração. Neste contexto, a região é percebida como um lugar persistente para os grupos humanos ao longo de milênios.

## **ARQUEOLOGIA, PAISAGEM E ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM: PRESSUPOSTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS**

A Carta sobre a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico (1990) denominada de *Carta de Laussane* (IPHAN, 2004, p. 303) atesta que “o conhecimento e a compreensão das origens e do desenvolvimento das sociedades humanas é de fundamental importância para a identificação das suas raízes culturais e sociais”.

Contudo, entender os modos de vida, as histórias, as lendas, os mitos, as guerras e o cotidiano dos povos desaparecidos não é uma tarefa fácil. Por esse motivo, muitas disciplinas,

como a História, Antropologia, Arqueologia, Paleontologia, Geografia, Linguística, e mais recentemente a Genética se esforçam para construir conhecimento sobre o passado humano.

Portanto, o conceito de arqueologia de acordo com o Dicionário de Arqueologia:

Do grego Archaïos = Antigo e Logos = Estudo, significa etimologicamente o estudo do que é antigo. Ciência que estuda os restos materiais deixado sobre o solo. A arqueologia busca reconstituir o passado humano a partir dos seus traços materiais, artefatos, estruturas construções, obras de arte, alterações do meio ambiente, comércio, dados somáticos e biológicos. Embora mais empregada aos tempos pré-históricos, quando registros escritos não estavam disponíveis, a arqueologia também estuda o período histórico (SOUZA, 1997, p. 19).

Dentre os principais objetos de estudo da arqueologia destacam-se os registros arqueológicos, que podem ser classificados como diretos e indiretos. Os primeiros são reconhecidos por Prous (1992) como os testemunhos materiais presentes nas camadas de terra que formam os sítios arqueológicos. Tais vestígios podem ser visíveis ou não. Ao passo que os vestígios indiretos são formados por marcadores da presença humana no meio ambiente, nem sempre evidentes aos olhos do pesquisador.

Os vestígios diretos comumente encontrados são os indícios de habitações, cemitérios, áreas de cultivo e irrigação, de preparação de alimentos, de sepultamento, muros, poços, paliçadas, dentre outros, que são denominados pela arqueologia de estruturas arqueológicas. Além disso, destacam-se os instrumentos feitos em rocha, como de lâminas de machados, pilões, pontas de flecha, batedores, raspadores; objetos feitos em argila, como potes, panelas, pratos, bacias, adornos; e objetos feitos em outros tipos de matérias-primas, como osso, dente, concha, madeira e fibras. Enquanto que os vestígios indiretos mais evidenciados são colorações do sedimento, áreas de coleta de rocha ou argila, locais de caça, pesca e coleta de vegetais, dentre outros. Somam-se aos vestígios indiretos informações sobre o clima, vegetação, fauna e flora do período em que os povos pesquisados existiam.

Neste contexto, o estudo da paisagem em arqueologia consistiria em se compreender como os vestígios diretos e indiretos se relacionam com o seu meio. A este respeito, Lanata (1997) percebe que um dos principais aspectos da paisagem arqueológica é que por meio de sua análise é possível explicar a utilização do espaço, a partir das populações humanas, aplicando conceitos derivados da ecologia da paisagem e da biogeografia evolutiva.

Não obstante, a paisagem é muito mais que a sua materialidade, sendo de extrema importância os enfoques simbólicos e fenomenológicos que consideram as experiências subjetivas em relação a esta entidade. A este respeito, existe um movimento de

ressignificação desse conceito que baseia-se na necessidade de considerar o espaço não somente como uma matriz física, econômica ou funcional das ações humanas, mas também pelo seu uso social e simbólico teoricamente orientado, e inspirados por muitos pensadores da geografia, a exemplo de Duncan (1980, 1990), que a partir de uma perspectiva hermenêutica para interpretação da paisagem passou a percebê-la como um sistema de significados, passível de elucidar processos culturais e McDowell (1996) que interpreta a paisagem como um texto a ser decifrado e lido.

Logo, a arqueologia da paisagem deve atuar na interface de duas posições extremas, mas que devem ser complementares, a exemplo do reconhecimento das características físicas que têm modificado o ambiente e as suas relações com a sociedade e por outro, a paisagem que codifica e é codificada pelas pessoas, sendo, portanto, intertextual (ENDERE, CURTONI, 2003).

Para Renfrew e Bahn (2005), o primeiro princípio para se pensar a paisagem é muito simples: os povos do passado não apenas viviam, descartavam itens e construíam sítios, mas também interagiam com a paisagem. Neste contexto, Boado (1995) chegou a falar de uma “culturalização” da paisagem para caracterizar uma linha de ação que se abre para a arqueologia, quando se assume, como princípio norteador que o registro arqueológico (assentamentos, estruturas, cultura material, etc.) não existe isoladamente, mas são entidades espaciais, relacionadas significativamente com seu contexto espacial e em todas as escalas e âmbitos das atividades humanas.

Boado (1997) afirma ainda que a arqueologia da paisagem é, em geral, a consideração do espaço como um componente mais relevante das sociedades antigas. Sua origem e desenvolvimento estão diretamente ligados à geografia cultural e a arqueologia funcionalista. Partilhando dos pressupostos pós-processuais, Thomas (2001) vai além ao sugerir que a paisagem habitada ou vivida são entidades relacionais constituídas por pessoas em seu encontro com o mundo.

Neste contexto, as paisagens podem ser concebidas como vias particulares de expressar conceitos do mundo e são também formas de se referir a entidades físicas. A mesma paisagem pode ser vista de diferentes formas por diferentes povos, muitas vezes ao mesmo tempo. Logo, o estudo desses fenômenos de um ponto de vista arqueológico constitui de fato a arqueologia da paisagem, que pode ser entendida como um programa de investigação orientado para o estudo e reconstrução de paisagens arqueológicas, ou ainda, o estudo, com metodologia arqueológica, dos processos e formas de “culturalização” do espaço ao longo da história (BOADO, 1999).

Segundo Boado (1991), existem pelo menos três formas distintas de aplicar o estudo da paisagem em arqueologia. Uma primeira, empirista, em que a paisagem aparece como uma realidade já dada e que, por diferentes razões, nega-se a si mesma; uma segunda, sociológica, que explica a paisagem como o meio e o produto dos processos sociais e uma terceira, culturalista, que interpreta a paisagem com objeto das práticas sociais, tanto de caráter material, como imaginário.

Neste sentido, a paisagem agrega pelo menos três tipos de elementos:

O espaço enquanto entorno físico ou matriz do meio ambiental da ação humana. O alcance desta dimensão é feito com a colaboração das disciplinas das ciências da terra e naturais, a exemplo da paleoecologia, geoarqueologia, etc. O espaço enquanto entorno social ou meio construído pelo ser humano e sobre o qual se produzem as relações entre indivíduos e grupos. Por fim, o espaço enquanto entorno pensado ou meio simbólico que oferece a base para desenvolver e compreender a apropriação humana da natureza. (BOADO, 1999, p. 23).

Neste artigo utilizou-se como parâmetro de análise da paisagem o *Método de Análise Formal ou Morfológico* (BOADO, 1997, 1999), cujos procedimentos analíticos são expostos no Quadro 1<sup>2</sup>.

Quadro 1- parâmetro de análise da paisagem

<b>Análise Formal ou Morfológica</b>	Aplicada tanto para as formas do espaço físico, como para o espaço construído, seja em escala arquitetônica (a construção concreta) ou em escala da cultura material móvel (cerâmica, lítico, etc.), ou ainda, em escala natural e doméstica (o entorno humanizado). Esta análise será concebida com a construção de mapas morfológicos e diagramas formais que demonstrem as linhas de força da unidade de estudo;
<b>Análise Fisiográfica</b>	É uma variedade da análise formal, mas aplicada exclusivamente ao relevo e à escala de detalhe, a partir da construção de mapas de classes fisiográfica da área de estudo.
<b>Análise de Trânsito</b>	Busca identificar as vias de comunicação predefinidas naturalmente e utilizadas ou utilizáveis pelos grupos humanos. Esta etapa permitirá a geração de mapas das rotas de movimentação e das linhas de trânsito;
<b>Análise das condições de Visualização</b>	Trata do estudo da visibilidade ou a forma como um elemento arqueológico é visto, a partir da observação panorâmica que se domina dele e da intervisibilidade ou relação visual entre o testemunho arqueológico e outros, sendo ou não arqueológico. Nessa etapa mapas de visibilidade e intervisibilidade poderão ser criados.
<b>Análise de terrenos e análise topográfica</b>	Consistem em estudos geográficos, com a execução de mapas de declividades, inclinações, solos, de classes da flora, modelos digitais de terreno, etc.

Fonte: Síntese do Método de Análise Formal ou Morfológico (BOADO, 1997, 1999).

<sup>2</sup> Neste artigo serão apresentados os resultados relacionados com análise fisiográfica e seus relações com o uso e ocupação do solo no passado.

## OCUPAÇÕES HUMANAS NA ILHA DE SÃO LUÍS – MARANHÃO

A Ilha de São Luís<sup>3</sup> engloba as Folhas São Luís NE (SA. 23 – X) e SE (SA. 23 – Z) (ALMEIDA, 2000), ocupando parte central do Golfão Maranhense, separada do continente pelo Estreito dos Mosquitos que, conjuntamente com o Estreito dos Coqueiros, comunica as massas aquosas da baía de São José/Arraial com as da baía de São Marcos (SANTOS et al., 2004), sendo caracterizada como um grande e complexo sistema estuarino (IMESC, 2011).

Na região encontram-se formações de apicuns, baías, braços de mar, cordões arenosos, furos, ilhas, manguezais, áreas de vasas e praias. A proximidade com o Equador e a configuração do relevo favorecem a amplitude das marés, que alcançam até 7,2 m, com média aproximadamente de 6,6 m, e penetram os leitos dos rios causando influências até cerca de 150 km do litoral (FEITOSA, TROVÃO, 2006).

Trata-se de uma região estuarina, que segundo Kowsmann et. al (1977) surgiu na última transgressão marinha, denominada de Flandriana, iniciando-se há cerca de 15 mil anos e, até cerca de 7 mil anos antes do presente, havendo uma rápida ascensão do nível do mar, interrompida por episódios de estabilização de curta duração. Essa informação é descrita por Suguio (1999), que verifica que a partir de 15 mil anos antes do presente os volumes das águas oceânicas sofreram um brusco acréscimo, mas a partir de 7 mil anos atrás houve pequena variação.

Miranda et. al (2002) atestam que ao final desse processo transgressivo, entre sete e dois mil anos atrás, quando o mar atingiu aproximadamente o nível atual, “as planícies costeiras e vales dos rios foram gradativamente inundados, dando origem aos estuários, enseadas, baías e lagunas costeiras”.

No Pleistoceno, seguiu-se uma maior regressão marinha, originando uma nova configuração das baías de São Marcos e de São José e o surgimento da Ilha do Maranhão, deixando como testemunho no continente a planície flúvio-marinha de Perizes. No final do Pleistoceno ocorreu um novo soerguimento de menor intensidade e uma moderada transgressão marinha, responsável pela redefinição da morfologia do Golfão Maranhense. Neste mesmo período, segundo Ab’Sáber (1960, 2003), os extensos manguezais do Norte, envolvendo a costa noroeste do Maranhão e nordeste do Pará e Amapá- foram constituídos,

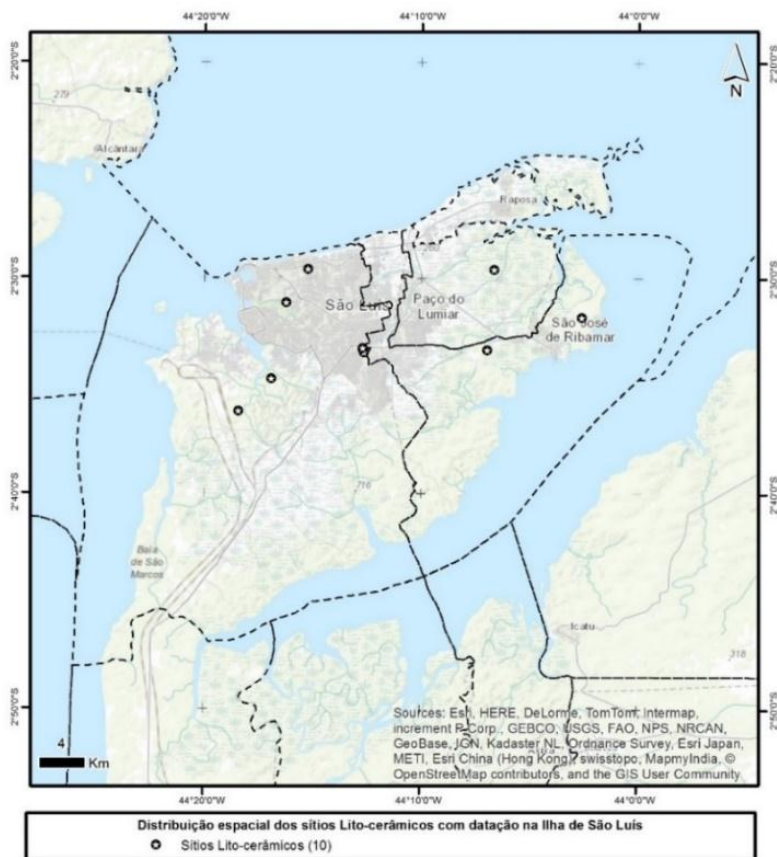
---

<sup>3</sup> Também denominada de Ilha Grande, Ilha de *Upaon Açu* ou Ilha do Maranhão é composta por quatro municípios: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa e possui aproximadamente 831,7 km<sup>2</sup>. Situa-se ao norte do Maranhão, Nordeste do Brasil, e limita-se ao norte com o Oceano Atlântico; ao sul, com a baía de São José e com o Estreito dos Mosquitos; a leste com a baía de São José e a oeste com a baía de São Marcos.

em sua maioria durante o regresso das águas que posteriormente, no *optimum* climático, alcançaram alguns metros acima do mar atual (6.000 a 5.500 anos A. P.), sendo um bom exemplo das consequências da ingressão marinha durante esse período, com afogamento que persiste até hoje devido à amplitude das marés.

É neste cenário que ocorrem os processos de ocupação humana tratados neste artigo e a interface com a paisagem marítimo-estuarina na Ilha de São Luís. Neste contexto, pesquisas arqueológicas realizadas por este autor estabeleceram a primeira seqüência cronológica para as ocupações humanas na porção costeira do Golfão Maranhense. Foram obtidas datações para 7 (sete) sítios arqueológicos na Ilha de São Luís, sendo eles os Sambaquis do Bacanga, Panaquatira, Paço do Lumiar, Maiobinha e os sítios cerâmicos Maiobinha II, Vinhais Velho e Maracanã<sup>4</sup>, conforme ilustrados na Figura 1.

Figura 1 - Sítios arqueológicos com datações na Ilha de São Luís – Maranhão.



Fonte: Bandeira, 2013.

<sup>4</sup> Para o estabelecimento da cronologia dos sítios arqueológicos apresentados foram empregados três métodos de datação, que resultaram em 73 (setenta e três) datas. As amostras foram submetidas a diferentes métodos, a exemplo de Absorção de CO<sup>2</sup> para estabelecimento de Carbono 14 (C14), realizado no Instituto de Radioproteção e Dosimetria, Comissão Nacional de Energia Nuclear – RJ para datação das amostras de conchas; Termoluminescência e Luminescência Opticamente Estimulada (TL/LOE), realizado no Laboratório de Vidros e Datações da FATEC – SP para datação das amostras de cerâmica e sedimento e Acelerador de Espectrometria de Massa (AMS), realizado no Beta Analytic – Miami – EUA e no LACUFF, da Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro, para datação das amostras de carvão e concha.

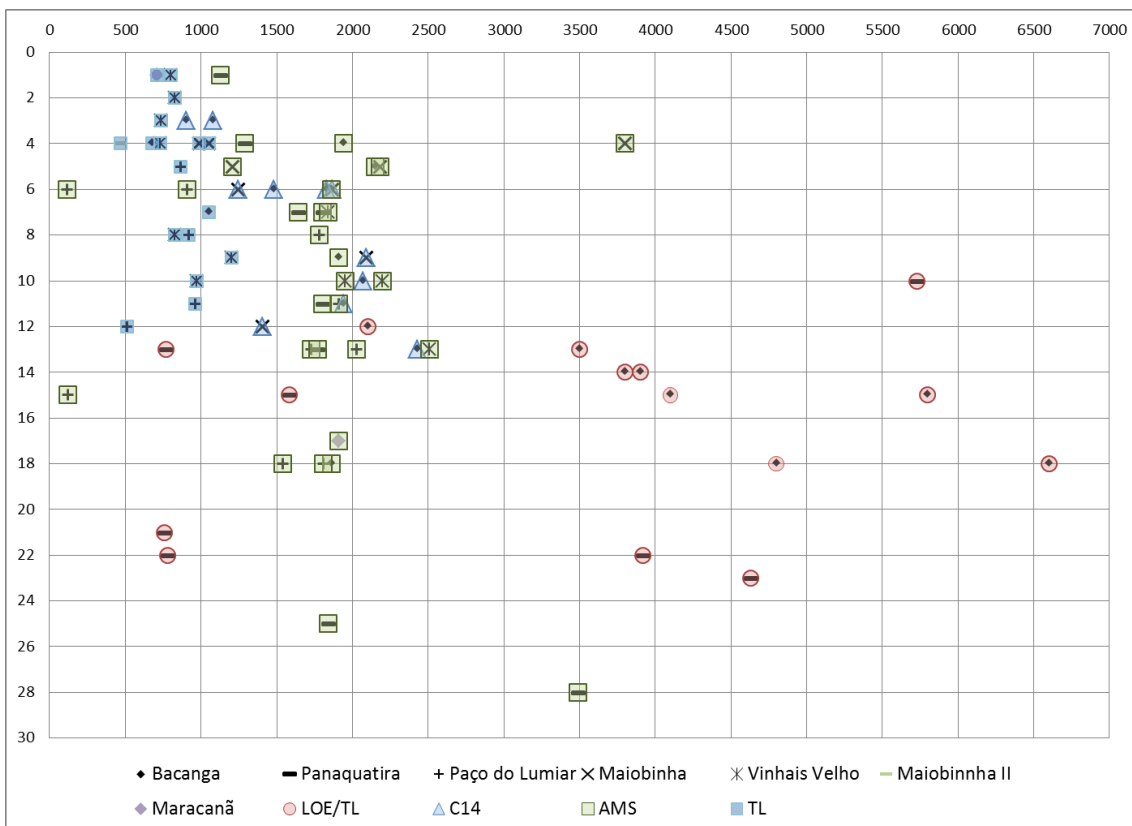


## RESULTADOS

A tabulação das datações relacionadas aos sítios arqueológicos da Ilha de São Luís permitiu identificar uma longa sequência ocupacional representada por distintos horizontes culturais, a exemplo do ceramista pré-sambaqueiro; ceramista sambaqueiro associado à tradição Mina; ceramista associado à cerâmica Maiobinha simples; ceramista associado à terra preta arqueológica; ceramista associado aos povos Tupinambá; ceramista de contato e o ceramista do período histórico.

A este respeito, o gráfico da dispersão das datações ilustrado na Figura 2 agrupa as ocupações humanas na Ilha de São Luís em dois conjuntos de idades: um horizonte mais antigo, ocorrendo entre 6.600 anos até 3.500 anos antes do presente e outro horizonte estabelecido entre 2.500 anos até 760 anos antes do presente, com hiato de datas ocorrendo entre 3.500 a 2.500 anos antes do presente (BANDEIRA, 2013).

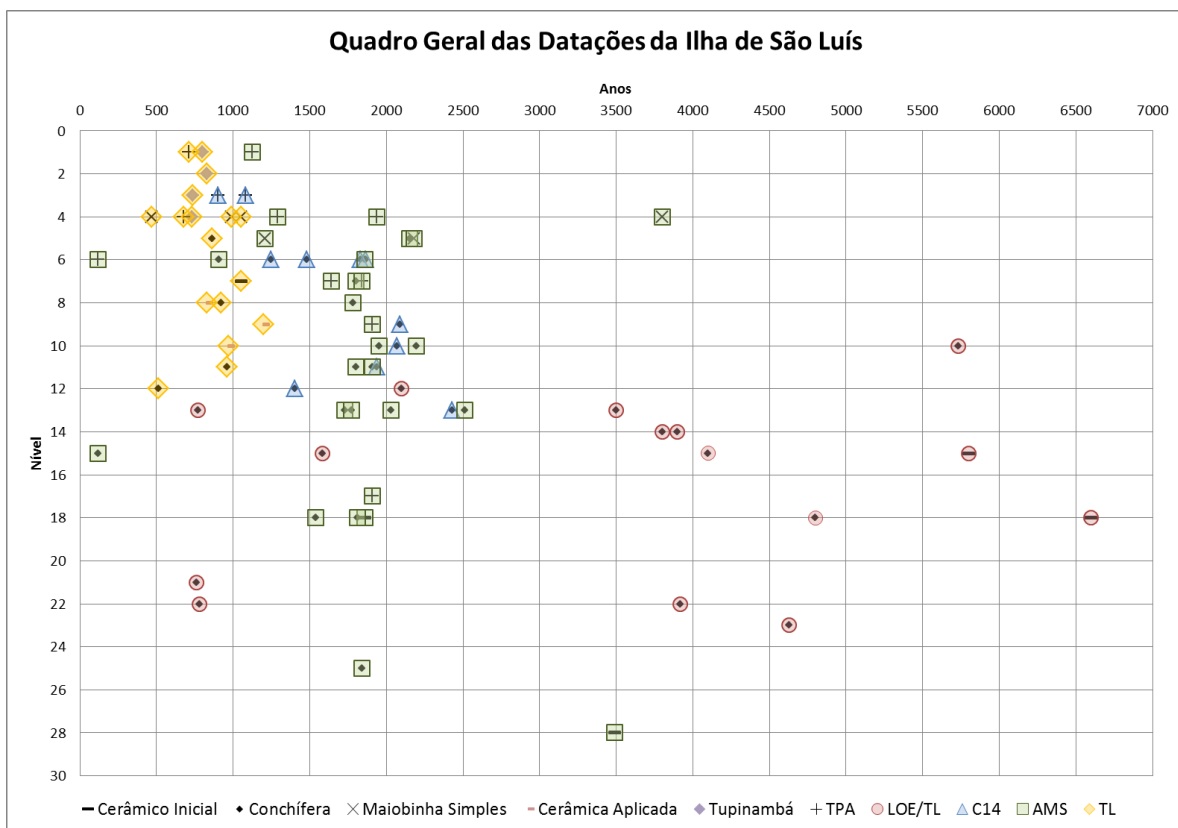
Figura 2 - Distribuição de datas para os sítios arqueológicos na Ilha de São Luís.



Fonte: Bandeira, 2013.

A correlação das idades com os horizontes culturais pré-coloniais observados nos sítios arqueológicos demonstrou uma primeira ocupação ceramista pré-sambaqueira sobre latossolo alaranjado, seguida por uma segunda ocupação associada ao horizonte ceramista-sambaqueiro, seguida por uma terceira ocupação ceramista associada a um tipo cerâmico simples sem decoração, seguida por uma quarta ocupação ceramista incisa associada à terra preta arqueológica, finalizando com um horizonte ceramista policromo associado aos grupos Tupinambá dos sítios Vinhais Velho, Maiobinha II e Maracanã, conforme a distribuição de datas por horizonte cultural ilustrada no gráfico que da Figura 3.

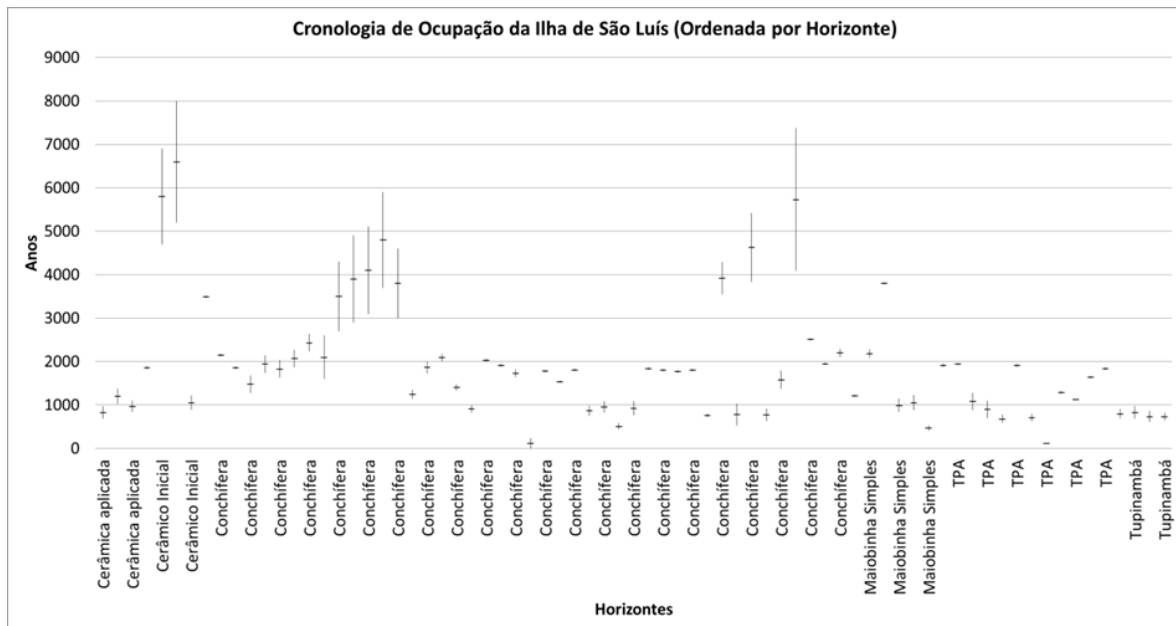
Figura 3- Conjuntos de datas para os horizontes culturais na Ilha de São Luís.



Fonte: Bandeira, 2013.

Para o início do período colonial não foram realizadas datações no material arqueológico, uma vez que os relatos de cronistas e viajantes do período colonial ajudaram a complementar a documentação arqueológica. Conforme exposto, a dispersão temporal das datas relacionadas com o período de ocupação é ilustrada no Gráfico 4.

Figura 4 - Dispersão temporal da cronologia para os horizontes culturais.



Fonte: Bandeira, 2013.

Conforme exposto, os resultados permitiram associar a documentação arqueológica com a paisagem antiga da Ilha de São Luís em sua longa duração, permitindo construir algumas premissas de uma história que se inicia, há pelo menos 6.600 anos antes do presente. Neste contexto, datam do Holoceno Médio a expansão do ambiente marítimo-estuarino-insular e o desenvolvimento das florestas de mangues na região coincidindo com o início do povoamento humano da Ilha de São Luís.

A partir deste período, a evidência arqueológica demonstra a existência de ocupações humanas estáveis, sobretudo, as sambaquieiras, favorecida pela alta taxa de produtividade advinda dos ecossistemas litorâneos, principalmente dos manguezais e da paisagem marítima-estuarina. A estabilidade propiciada por este ecossistema, a exemplo da riqueza de biomassa, a disponibilidade de matérias-primas e como vias de deslocamento possibilitou a fixação humana desde o Holoceno Médio até os séculos mais recentes, sendo que este processo interrompido com a chegada dos colonizadores europeus.

Figura 5 - Figura 5 – Imagem área das camboas identificadas na praia de Panaquatira, em São José de Ribamar – Maranhão.



Foto Soares, 2017.

## CONCLUSÃO

As pesquisas arqueológicas que vêm sendo realizadas na Ilha de São Luís já identificaram ocupações humanas datadas de pelo menos 6.600 anos, sendo estas as mais antigas até então conhecidas para o Golfão Maranhense, especialmente na área foco deste artigo.

Os quadros cronológicos apresentados ao longo do texto, quando relacionados aos sítios arqueológicos e aos períodos de ocupações indicam que os Sambaquis do Bacanga e Panaquatira foram os primeiros assentamentos humanos da Ilha de São Luís até agora conhecidos. A sua inserção na paisagem demonstra que os primeiros povoadores da região viveram nos estuários das baías de São Marcos e São José. Apesar da proximidade dos sítios com as zonas alagadas, cabe ressaltar que os mesmos estão localizados em áreas de terra

firme, com disponibilidade de nascentes de água doce e braços de rios para navegação, que em sua grande maioria deságua no mar.

Entre 2.500 anos a 700 anos antes do presente todos os sítios arqueológicos descritos neste artigo apresentaram ocupações humanas que se encaixaram perfeitamente no período em que o nível médio do mar começou a se estabilizar nos contornos observados atualmente na Ilha de São Luís. Além disso, outras áreas para o interior do Golfão Maranhense foram ocupadas, inclusive mais distantes da linha da praia, a exemplo do Sambaqui do Paço do Lumiar e os sítios arqueológicos Maiobinha I, Maiobinha II e Maracanã. Apesar da distância, os estuários poderiam ser acessados pelos braços de rios que eram influenciados diariamente pelo regime de macro marés.

Em síntese, a evidência arqueológica consubstanciada com o estudo da paisagem demonstraram indícios de uma multiplicidade de povos, com especificidades sociais e culturais diferenciadas, mas que ocuparam as mesmas áreas ao longo de milênios. Neste sentido, o Golfão Maranhense, em particular a Ilha de São Luís podem ser considerados lugar persistente (SCHLANGER, 1992).

Neste contexto, a arqueologia da paisagem é uma ferramenta poderosa para o estudo dos povos do passado e a relação dos mesmos com os seus lugares e territórios vividos, sendo cada vez mais utilizada nas investigações inter e transdisciplinares.

**Trabalho enviado em Junho de 2017**  
**Trabalho aceito em Novembro de 2017**

## **REFERÊNCIAS**

Ab'SABER, A. N. Contribuição a geomorfologia do estado do Maranhão. In **Notícia Geomorfológica**. Campinas: Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, Departamento de Geografia-UNICAMP, n. 5, ano III, 1960.

\_\_\_\_\_. **Litoral brasileiro**. São Paulo: Metalivros, 2003.

ALMEIDA, F. F. M. **Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil. São Luís SW/NW, Folhas SA. 23-V e SA.23-Y. Estados do Pará e Maranhão**. Escala 1:500.000. / organizado por Herbert Georges de Almeida – Brasília: CPRM, 2000.

BANDEIRA, A. M. **Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA**: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica. 2013. Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BOADO, F. C. Construcción social del espacio y reconstrucción arqueológica del paisaje. **Boletín de Antropología Americana**. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, n. 24, 1991.

\_\_\_\_\_. The visibility of the archaeological record and the interpretation of social reality. In Ian Hodder et. al. **Interpreting Archaeology**, Londres: Routledge, 1995.

\_\_\_\_\_. Combining the different dimensions of cultural space: is a total archaeology of landscape possible? In BOADO, F. C.; PARCERO, C. (Eds.). **Tapa-Landscape, archaeology, heritage**. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, n. 2, 1997.

DUNCAN, James. O supraorgânico na geografia cultural americana. **Espaço e Cultura**, n. 13, p. 7-33, 1980.

\_\_\_\_\_. **The city as text**. The politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom. Cambridge, New York, Port Chester, Melbourne, Sydney: The Cambridge University Press, 1990.

ENDERE, M. L.; CURTONI, R. P. Patrimônio, arqueologia y participación: acerca de la noción de paisaje arqueológico. In: ENDERE; M. L. CURTONI, R. P. (Org.). **Analisis, interpretación y gestión en la arqueología sudamericana**. Argentina: INCUAPA, UNICEN, serie teórica, v. 2, 2003.

FEITOSA, A. C.; TROVÃO, J. R. **Atlas escolar do Maranhão: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa: Grafset, 2006.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Situação Ambiental da Ilha do Maranhão/ Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos**. São Luís: IMESC, 2011.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas patrimoniais**. 3ª ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

KOWSMANN, R. O. et al. **Modelo de sedimentação holocênica na Plataforma Continental sul Brasileira**. Rio de Janeiro: REMAC, PETROBRÁS, CENPES, DINTEP, 1977.

LANATA, J. L. Los componentes del paisaje arqueológico. **Revista de Arqueología Americana**. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, nº. 13, 1997.

McDOWELL, L. A transformação da geografia cultural. In: GREGORY, D; MARTIN, R; SMITH, G. (Orgs.). **Geografia humana – sociedade, espaço e ciência social**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MIRANDA, L. B. et al. **Princípios de oceanografia física de estuários**. São Paulo: EDUSP, 2002.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Archaeology: the key concepts**. London: Routledge, 2005.

SOUZA, A.M. **Dicionário de arqueologia**. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

SCHLANGER, S. H. Recognizing persistent places in Anasazi settlement systems. In: J. Rossignol & L. Wandsnider (eds), **Space, time and archaeological landscapes**, New York, 1992.

SUGUIO, K. **Geologia do Quaternário e mudanças ambientais: passado+presente=futuro?** São Paulo: Paulos's Comunicação e Artes Gráficas, 1999.

THOMAS, J. **Archaeologies of place and landscape**. Archaeological Theory Today. HODDER, I. (ed.) United Kingdom: Polity Press, 2001.